



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 09

MANDATO 2025/2029

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, no Centro Cultural de Alfena, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Intervenção do público; -----

2 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

1 – Aprovação da ata da reunião realizada no dia 30.04.2026. -----

2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

2.1 - Relatório e Contas Consolidadas do Município de Valongo, do ano 2025; -----

2.2 - 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2026; -----

2.3 - Proposta de aprovação da 2.ª Adenda dos Autos de Transferência de Competências, Recursos Humanos, Patrimoniais e Financeiros celebrados entre o Município de Valongo e as Freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo e de aprovação dos Autos de Transferências de Competências e Recursos a celebrar com as Freguesias de Campo e Sobrado; -----

2.4 - Proposta de designação de Fiscal Único – STCP Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. - Quadriénio 2026-2029; -----

2.5 - Proposta de Constituição da Associação de Municípios do Rio Ferreira e Aprovação dos Estatutos. -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Esteves Ferreira, os/as senhores/as vereadores/as Hélio Fernando da Silva Rebelo, Ana Maria Martins Rodrigues, Patrícia Raquel de Oliveira Lourenço, Rui Fernando Marques da Silva, Orlando Gaspar Rodrigues, Ângela Alexandra Vieira Bragança, Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima e Rui João da Silva Marques. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia, Daniela Maria Sampaio Ribeiro, Diogo Augusto Rebelo Pereira Marquez, José António Ribeiro Carvalho, Mário Rui Oliveira Monteiro tendo sido substituídos, respetivamente, por Andreia Isabel Oliveira Gonçalves Abreu, Fábio André Coelho Moreira, Ricardo Miguel Almeida Mendes e Patrícia Maria Marques Maia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, deu início à sessão. -----

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, **António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, concedeu a palavra aos Munícipes que pretendessem intervir. -----

A Munícipe, **Carla Oliveira**, disse que pretendia abordar a questão da proposta de alteração de trânsito e estacionamento na Rua Isabel Matos. -----

Assim, solicitava um esclarecimento sobre o ponto da situação dessa intervenção, a proposta apresentada aos moradores surge como uma solução que permite responder aos constrangimentos existentes na rua, procurando simultaneamente minimizar as obras necessárias e controlar os custos da intervenção, sem comprometer a melhoria das condições de circulação e de estacionamento. -----

Não tendo obtido informação sobre a evolução do processo, após a consulta aos moradores, solicitou o ponto de situação à Junta de Freguesia de Alfena, tendo recebido a indicação de que a decisão técnica e administrativa obteve parecer favorável e que o processo se encontra em fase de agendamento da calendarização de execução. Foi, também, transmitido que a entidade responsável pela execução, ou autorização da intervenção, a Câmara Municipal de Valongo, ainda não comunicou a respetiva data. -----

Trata-se de uma intervenção necessária e urgente face aos problemas existentes na rua Isabel Matos, nomeadamente o estacionamento irregular, dificuldades de circulação, ocupação indevida dos passeios, degradação do espaço público e potenciais constrangimentos no acesso de veículos de emergência. -----

Assim, questionava qual a situação do processo, se já existe uma previsão para o início da obra. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que a questão colocada quanto às datas concretas terá de consultar os serviços, pois, de momento, não tem essa informação, e posteriormente transmitiria a informação à Junta de Freguesia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, deu início ao ponto 2 - Período antes da ordem do dia, apresentando o seguinte Voto de Pesar. -----

Voto de Pesar – Pelas vítimas dos sismos ocorridos na Venezuela -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária, na cidade de Alfena em 29 de junho de 2026, manifesta o seu mais profundo pesar pelas vítimas dos violentos sismos recentemente ocorridos na Venezuela, que provocaram perdas de vidas humanas, inúmeros feridos, elevados danos materiais e profundo sofrimento às populações atingidas. -----

Portugal acompanha com particular preocupação esta tragédia, atendendo aos fortes laços históricos, culturais e humanos que unem os dois países e à expressiva comunidade portuguesa e lusodescendente residente naquele país. Entre as vítimas contam-se cidadãos portugueses e membros da comunidade luso-venezuelana, circunstância que torna esta catástrofe especialmente sentida entre nós. -----

Neste momento de dor e consternação, a Assembleia Municipal de Valongo expressa a sua solidariedade para com as famílias enlutadas, os feridos e todos aqueles que viram as suas vidas profundamente afetadas por esta calamidade, formulando votos de rápida recuperação para os sobreviventes e de êxito para todos os que se encontram envolvidos nas operações de socorro e reconstrução. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Aprovar o presente Voto de Pesar por todas as vítimas dos sismos ocorridos na Venezuela; -----
Apresentar as mais sentidas condolências às famílias das vítimas, bem como à comunidade portuguesa e lusodescendente residente naquele país; -----
Guardar de seguida um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas desta tragédia; -----
Dar conhecimento do presente voto à Embaixada da República Bolivariana da Venezuela em Portugal, à Embaixada de Portugal em Caracas e à comunicação social local. -----
Seguidamente colocou à discussão o Voto de Pesar, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**, de seguida foi feito um minuto de silêncio. -----
De seguida concedeu a palavra ao Presidente de Junta da Freguesia de Alfena. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, **Arnaldo Pinto Soares**, disse que pretendia dar as boas-vindas da Assembleia Municipal de Valongo à freguesia de Alfena. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, apresentou a seguinte Recomendação: -----

Recomendação – Adesão do Município de Valongo à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) -----

Considerando que a Constituição da República Portuguesa reconhece aos municípios a possibilidade de se associarem para prossecução de interesses comuns e representação institucional; -----

Considerando que a Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) constitui uma associação de direito privado de municípios que tem como objetivo a valorização do papel das Assembleias Municipais no quadro do poder local democrático; -----

Considerando que a Câmara Municipal de Valongo é associada da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e que as freguesias do concelho se encontram representadas através da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), importando igualmente reforçar a representação institucional do órgão deliberativo municipal; -----

Considerando a relevância crescente das Assembleias Municipais enquanto espaço plural de representação democrática, fiscalização da atividade municipal, acompanhamento das políticas públicas locais e promoção da participação cívica; -----

Considerando que a participação na ANAM permitirá à Assembleia Municipal de Valongo: -----

- reforçar a sua representação institucional a nível nacional; -----
- participar em ações de formação, reflexão e intercâmbio de boas práticas; -----
- acompanhar a evolução legislativa e administrativa relativa ao poder local; -----
- contribuir para a valorização do papel das Assembleias Municipais no sistema democrático português; --
- aprofundar mecanismos de cooperação entre órgãos deliberativos municipais; -----

Considerando ainda que, de acordo com o entendimento jurídico aplicável, a adesão deverá envolver a participação articulada da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, garantindo-se uma legitimidade institucional reforçada; -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária, delibera a recomendar à Câmara Municipal de Valongo que: -----

1. Delibere favoravelmente, numa das suas próximas reuniões, a adesão do Município de Valongo à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM); -----
2. Reconheça o interesse municipal da participação naquela associação representativa das Assembleias Municipais; -----
3. Submeta posteriormente à Assembleia Municipal a proposta formal de adesão, nos termos legalmente aplicáveis. -----

De seguida concedeu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Nuno Filipe Pereira da Silva**, apresentou o seguinte Voto de Louvor: ----

Voto de Louvor – Bugiada e Mouriscada de Sobrado -----

O Partido Socialista associa-se com enorme satisfação ao reconhecimento atribuído pela Assembleia da República à Bugiada e Mouriscada de Sobrado, através da aprovação unânime do Projeto de Voto n.º 578/XVII (1.^a), saudando uma das mais emblemáticas manifestações da cultura popular portuguesa. -----

A Bugiada e Mouriscada constitui um património cultural de inestimável valor histórico, identitário e comunitário, preservado ao longo de gerações graças ao empenho, dedicação e sentido de pertença da população de Sobrado. Esta celebração representa não apenas uma tradição singular do concelho de Valongo, mas também um exemplo notável da riqueza do património imaterial português. -----

O Partido Socialista expressa o seu louvor à comunidade de Sobrado, à Associação de São João de Sobrado, aos Bugios, aos Mourisqueiros e a todos os participantes que, ano após ano, mantêm viva esta tradição secular. Reconhece igualmente o papel fundamental e desempenho pelas instituições e entidades locais, nomeadamente a Câmara Municipal de Valongo e a Junta de Freguesia de Sobrado, bem como a Universidade do Minho, na preservação, valorização e divulgação desta manifestação cultural. -----

Este reconhecimento parlamentar constitui um motivo de orgulho para Sobrado, para o concelho de Valongo e para o país, reforçando a importância de proteger e promover as tradições que contribuíram para a afirmação da nossa identidade coletiva. -----

Assim, o Partido Socialista propõe a aprovação do voto de louvor, à Bugiada e Mouriscada de Sobrado e a todos aqueles que asseguram a continuidade desta extraordinária expressão de cultura popular portuguesa. -----

Disse de seguida que pretendia felicitar o Município pela conclusão da reabilitação do Centro de Saúde de Sobrado, um investimento importante para a freguesia e para todos os que utilizam diariamente aquele equipamento. Deixa uma palavra de reconhecimento aos profissionais de saúde e aos utentes, que durante o período de obras tiveram de se adaptar a instalações provisórias que permitiram continuar e prestar os cuidados de saúde. -----

Assim, gostariam de saber que melhorias estruturais e funcionais foram introduzidas, se houve algum reforço de capacidade, nomeadamente a criação de novos gabinetes, melhores acessibilidades, eficiência energética e modernização do equipamento. Qual o investimento total realizado pelo Município e a data prevista para reabertura plena do Centro de Saúde. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Fábio André Coelho Moreira**, apresentou o seguinte Voto de Louvor: -----

Voto de Louvor à Comissão de Festas de São João de Sobrado -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A festa do São João de Sobrado tem vindo a crescer ano após ano. Este acontecimento tem vindo a ganhar cada vez mais notoriedade e a ganhar o carinho de todos os valonguenses. É, sem dúvida, um acontecimento cultural ímpar no concelho e de características únicas no nosso país. A Festa de São João de Sobrado é hoje um dos grandes símbolos culturais do concelho de Valongo e um exemplo maior da força das tradições populares portuguesas. -----

Este ano, voltámos a escrever mais uma página desta história. Voltámos a manter viva a tradição, a honrar o legado e a criar novas memórias para as gerações futuras. Esta edição do São João de Sobrado voltou a demonstrar a sua grandiosidade, a sua autenticidade e a força de uma comunidade unida em torno das suas raízes. -----

Tal acontece graças ao esforço, à dedicação e ao compromisso de todos aqueles que trabalham incansavelmente para que esta celebração aconteça. É, por isso, justo e merecido prestar público reconhecimento à Comissão de Festas pelo trabalho inexcelente, pela capacidade de organização, pelo planeamento, pela entrega e pela paixão demonstrada na preparação e realização de um evento de enorme dimensão e significado. -----

Um reconhecimento especial à Presidente da Comissão de Festas e a todos os elementos que integraram esta Comissão, pelo espírito de missão, pela responsabilidade assumida e pela forma exemplar como conduziram todos os trabalhos, garantindo que esta tradição fosse celebrada com o respeito e a dignidade que merece. -----

O sucesso desta edição pertence a todos, à Comissão de Festas, aos participantes, aos habitantes de Sobrado e a todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que esta festa voltasse a ser um momento inesquecível. -----

A Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----

1. Aprovar o presente Voto de Louvor à Comissão de Festas do São João de Sobrado pelo relevante trabalho desenvolvido na promoção, organização e valorização das Festas de São João, reconhecendo o seu contributo para a preservação das tradições e para a dinamização cultural do concelho; -----
2. Endereçar à Comissão de Festas, aos seus membros e a todos quantos contribuíram para a realização desta festividade uma saudação de reconhecimento pelo empenho, dedicação e mérito demonstrados; -----
3. Determinar que o presente voto seja comunicado oficialmente à Comissão de Festas de São João de Sobrado. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Ricardo Filipe Barbosa Moreira**, disse que em primeiro lugar saudava os votos de louvor apresentados, relativamente à sua freguesia, pois trata-se de uma festa que muito estima. -----

De seguida saudou o facto de a Assembleia Municipal ser descentralizada, pois o Grupo Municipal do CDS acha que é bom saírem da zona de conforto e levar as assembleias municipais para lugares mais próximos dos munícipes. -----

Disse de seguida que teve conhecimento da revogação da decisão de contratar do procedimento relativo à empreitada do novo edifício da Junta de Freguesia de Alfena. A justificação que é dada, é uma justificação que saúda, reconhecendo que existem outras prioridades, em linha com aquilo que o Presidente da Junta tem vindo a falar nas assembleias municipais. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, questionou qual o ponto de situação da candidatura que a Câmara está a desenvolver para que a Bugiada e Mouriscada seja Património Imaterial da UNESCO. -----

Em seguida apresentou o seguinte Requerimento: -----

Requerimento – Revogação do concurso para a nova sede da Junta de Freguesia de Alfena -----

Foi tornado público que a Câmara Municipal de Valongo decidiu revogar o concurso para a construção da nova sede da Junta de Freguesia de Alfena, alegando a necessidade de reformular o projeto de forma a reduzir custos e libertar verbas para a requalificação de arruamentos da freguesia. -----

Tratando-se de uma decisão com impacto na concretização de um investimento há muito anunciado, importa esclarecer as suas consequências. -----

Assim, vimos requerer que a Câmara Municipal de Valongo informe: -----

1. Que vantagens concretas esperam alcançar com a revogação do concurso já lançado? -----
2. Qual o atraso previsível na construção da nova sede da Junta de Freguesia de Alfena decorrente desta decisão? -----
3. Qual o custo estimado da elaboração do novo projeto e do lançamento de um novo procedimento concursal? - -----
4. Qual o montante já investido no projeto agora abandonado e de que forma será aproveitado no novo procedimento? -----
5. Qual o calendário previsto para o lançamento do novo concurso, início da obra e conclusão da nova sede? ----

De seguida fez a seguinte Tomada de Posição: -----

Tomada de Posição – Estacionamento desordenado na Zona Industrial de Alfena compromete a segurança pedonal -----

A Zona Industrial de Alfena continua a enfrentar um problema de organização do espaço público que afeta diariamente a segurança e a mobilidade de quem ali trabalha e circula. -----

Em vários arruamentos, os passeios existentes têm largura suficiente para garantir uma circulação pedonal confortável. No entanto, a ausência de uma correta organização do estacionamento faz com que muitos veículos estacionem parcialmente ou totalmente sobre os passeios, obrigando os peões a circular pela faixa de rodagem, muitas vezes entre veículos pesados. -----

Esta situação resulta, em grande medida, da opção por manter lugares de estacionamento em paralelo, quando a largura disponível permitiria a criação de estacionamento em espinha, aumentando o número de lugares e evitando a ocupação abusiva dos passeios. A atual configuração revela-se desadequada às necessidades da zona industrial e acaba por gerar conflitos permanentes entre veículos e peões. -----

Não estamos perante um problema inevitável, mas sim perante uma questão de planeamento e gestão do espaço público. Uma reorganização do estacionamento permitiria melhorar significativamente a segurança, ordenar a circulação e criar melhores condições para trabalhadores, empresas e visitantes. -----

Consideramos que a Câmara Municipal de Valongo deve proceder a uma avaliação técnica desta realidade e implementar uma solução que compatibilize as necessidades de estacionamento com o direito dos peões a utilizarem os passeios em segurança. -----

Apresentou de seguida o seguinte Requerimento: -----

Requerimento – Estádio Municipal de Ermesinde -----

O processo que conduziu à aquisição do Campo de Jogos do Ermesinde Sport Club (ESC) foi longo e complexo. Houve, numa fase inicial, a intenção de eliminar este equipamento para dar lugar a um grande projeto imobiliário. Seguiram-se várias propostas, desde a construção de um novo estádio nos Montes da Costa à troca de terrenos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

com o Complexo Desportivo, passando por avaliações com valores manifestamente excessivos, o que levou à intervenção da Direção-Geral das Autarquias Locais, que fixou um valor significativamente inferior. -----

Após um processo de expropriação e várias negociações, foi possível preservar tanto o Campo de Jogos como o Complexo Desportivo dos Montes da Costa. Ganhou Ermesinde e ganhou o concelho de Valongo. -----

Apesar dos prejuízos causados ao clube durante este processo, que afetaram a sua gestão, a atividade desportiva e a formação de jovens, foi encontrada uma solução que evitou o agravamento da situação do ESC e impediu uma excessiva pressão urbanística naquela zona da cidade. -----

A documentação existente demonstra a realidade deste processo. Independentemente de quem hoje procure reivindicar os méritos da solução encontrada, a CDU esteve sempre do lado da defesa do clube, do equipamento desportivo e do interesse público. -----

Com a municipalização do estádio, a Câmara Municipal assumiu a responsabilidade pela sua recuperação, realizando obras que melhoraram as condições para a prática desportiva. -----

Importa agora continuar este investimento. O Estádio Municipal de Ermesinde tem potencial para servir ainda melhor o ESC, outros clubes e a comunidade, quer através da melhoria das suas instalações, quer da valorização do espaço envolvente. -----

Assim, colocamos as seguintes questões: -----

Que projetos tem a Câmara Municipal, a curto e médio prazo, para a valorização do Estádio Municipal de Ermesinde? -----

Que investimentos estão previstos para a melhoria das suas instalações e do espaço envolvente? -----

Seguidamente apresentou a seguinte Moção: -----

Moção – Regionalização, um imperativo democrático -----

Constitucionalmente consagradas há 50 anos as Regiões Administrativas continuam por concretizar. -----

Para lá do que esta omissão em si significa no completamento do edifício do poder local o que está em causa na Regionalização não é só o cumprimento de um imperativo constitucional para a criação do nível regional na Administração do Estado, é também a criação de um instrumento de combate às desigualdades e assimetrias regionais e de desenvolvimento equilibrado e harmonioso do País e ainda uma possibilidade de aprofundamento da democracia com a participação e o controlo pelas populações das decisões políticas que a elas se dirigem. --

Com a Regionalização há três possibilidades que se abrem: -----

- A possibilidade de definir, ao nível regional, a estratégia de desenvolvimento que se pretende prosseguir em vez de ela ser imposta de fora, a partir do Poder Central e desligada das necessidades das Regiões e das populações;
- A possibilidade de estabelecer prioridades de investimento e mobilizar recursos para o seu cumprimento, tomando essas decisões a partir de órgãos eleitos pelas populações e perante as quais esses órgãos respondem;
- A possibilidade de termos uma efetiva descentralização e uma adequação da administração do Estado e dos seus serviços. -----

A criação da Regionalização permite o planeamento e execução de medidas dirigidas às necessidades das populações e ao desenvolvimento regional em matérias tão relevantes como a elaboração e execução de planos de desenvolvimento económico de curto e médio prazo, o apoio às atividades produtivas, a definição de prioridades de investimento em vias de comunicação ou equipamentos sociais – sejam lares, creches, equipamentos de apoio a pessoas com deficiência ou outros –, o ordenamento do território e conservação da

natureza e de recursos hídricos, a promoção da cultura física e do desporto, a valorização da cultura e do património. -----

A Regionalização comporta ainda uma resposta coerente e insubstituível para dar coerência a uma clara delimitação de atribuições e competências entre os vários níveis da administração (central, regional e local), para criar condições para uma política de desenvolvimento regional com a ativa participação das autarquias e dos agentes económicos e sociais; para garantir a defesa da autonomia do poder local. -----

Nestas circunstâncias, face à rejeição no passado dia 24 de junho das iniciativas apresentadas na Assembleia da República pelo PCP: Projeto de Lei n.º 567/XVII/1.ª (PCP) – Lei-Quadro das Regiões Administrativas e Projeto de Resolução n.º 842/XVII/1.ª (PCP) – Aprova um programa de trabalho e um calendário de ações com vista à criação e instituição em concreto das regiões administrativas, a Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----

1. Expressar a opinião de que a rejeição destas iniciativas legislativas são uma contribuição negativa para a necessária e indispensável afirmação do poder local e das condições favoráveis que as RA criam para o desenvolvimento regional equilibrado: -----

2. Apelar a que a Assembleia da República retome iniciativas convergentes com os objetivos das que agora foram inexplicavelmente rejeitadas, dando assim expressão parlamentar às reiteradas manifestações de apoio que em palavras e discursos a generalidade das forças políticas têm manifestado e que a recente votação desmente. ----

O Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, **Arnaldo Pinto Soares**, disse que pretendia esclarecer que não abdicaram de ter um novo edifício para a Junta de Freguesia de Alfena, a questão que foi colocada foi a funcionalidade do projeto apresentado, bem como os custos de construção e os custos de manutenção. -----

Que não fiquem dúvidas que aguarda que seja apresentado o novo projeto para o novo edifício para a Junta de Freguesia de Alfena o mais rapidamente possível e a obra avance e se inicie a construção, ainda, este ano. -----

Disse de seguida que se tem ouvido que as ruas estão uma porcaria, parecem autênticas picadas, os passeios são autênticas ratoeiras, situações que são simples de resolver e não custam muito dinheiro. -----

Não podem dizer que querem um Parque do Vale do Leça extraordinário, que querem ter a melhor cidade do mundo e depois as pessoas não terem condições, estão a falar do arranjo de ruas, passeios, colocação de papeleiras, coisas simples, mas que é preciso fazer. -----

A rua de São Vicente, assunto de que já anteriormente falou e já enviou vários ofícios, o projeto foi mal-executado, os próprios serviços da Câmara concordam, e ninguém faz nada e a obra ainda deve estar dentro da garantia, a rua está pior do que estava antes. -----

Existe um outro problema que tem de ser encarado, há lixo por todo o lado, é verdade que as pessoas não cumprem, deveria haver mais civismo, mas a verdade é que nunca esteve como agora, alguma coisa terá mudado, o tipo de consumo, o tipo de resíduos que se faz, o contrato que existe estar desadequado com aquilo que são as atuais necessidades. -----

Outra coisa que o preocupa é a recuperação do parque escolar em Alfena, existe o risco de encerrarem escolas em Alfena, com frequência perdem alunos para outras freguesias, têm de, em conjunto, tentar encontrar uma solução, se não em termos futuros vai-se tornar um problema complicado. -----

Querem muita coisa, uma junta, um parque, coisas que custam dinheiro, e para isso é preciso ter dinheiro, então têm de criar condições para que as pessoas possam investir, possam construir. Assim, poderiam criar uma zona industrial de Alfena e Sobrado, o Nó da Senhora do Amparo não foi construído só para a Jerónimo Martins para a Chronopost, pois se não houver investimento não se criam postos de trabalho e não há imposto e não há dinheiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente ao Nó do Lombelho, fundamental para aquela zona, há uma década dever-se-ia ter lutado pela sua construção, pois hoje seria uma zona de expansão, a Escola Secundária estaria inserida em malha urbana e não como se encontra isolada onde os alunos não querem lá ter aulas. -----

O Parque Vale do Leça, a par das serras de Valongo, é uma das maiores riquezas que o Município tem, com potencial ligada à indústria turística, assunto que anda a falar há 15 anos, na altura, sem qualquer tipo de apoio da Câmara que inclusive lhe dificultaram a vida. Conseguiu a construção do Parque Vale do Leça, que poderá ser a galinha dos ovos de ouro de Alfena. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que PS tem a consciência plena de que sempre esteve ao lado dos cidadãos de Alfena, e do concelho de Valongo, e continuará a estar. -----

Quanto à revogação do contrato de empreitada para a construção do novo edifício da Junta de Freguesia de Alfena é uma decisão que o Grupo Municipal do PS defende e da qual não se afastaram, não por comodismo, não por pressão de terceiros, não por qualquer conveniência política de circunstância, mas porque entendem que a boa gestão dos dinheiros públicos impõe, por vezes, a coragem de rever opções à luz de novas circunstâncias, e de novas ferramentas jurídicas e técnicas disponíveis. -----

O Código dos Contratos Públicos introduziu e consolidou a figura da conceção construção, um modelo que permite maior controle de custos, uma melhor articulação entre o projeto e a execução e uma racionalização da despesa pública sem comprometer a qualidade arquitetónica, nem a dignidade funcional do edifício. Foi com base nesse enquadramento legal que a decisão foi tomada. -----

O PS foi pioneiro na reivindicação dessa infraestrutura, a nova Junta de Freguesia de Alfena é uma necessidade real, reconhecida transversalmente pelas forças políticas ao longo dos anos, nenhuma revogação apaga essa necessidade. -----

O processo de revogação foi conduzido com transparência, as razões da decisão foram comunicadas publicamente, os instrumentos legais que a sustentam e a alternativa que se pretende desenvolver. -----

Quando a Câmara Municipal decidiu rever o projeto à luz das novas possibilidades legais e de uma gestão mais eficiente e o que comunica de forma aberta está a cumprir o seu papel. O Partido Socialista não se limitou a acompanhar a decisão, transmitiu a sua posição muito concreta e exigente quanto ao destino das verbas poupadas, essas poupanças devem ser aplicadas na reparação e na requalificação das vias de comunicação da freguesia de Alfena. -----

As ruas de Alfena são uma preocupação permanente e legítima dos cidadãos de Alfena e há muito que esperam essa resposta. -----

Transparência não é apenas dizer quanto se gasta, é também dizer onde se vai poupar e o que se fará com essa poupança. Nesse sentido o PS assume publicamente a defesa da reafectação das verbas à requalificação das ruas de Alfena. -----

A decisão de revogar o contrato gera uma poupança significativa face ao investimento inicialmente previsto. A posição do PS é inequívoca, a malha viária de Alfena é um problema de mobilidade, segurança e de qualidade de vida e merece tratamento adequado. -----

Há uma força política que, neste momento, se arroga o papel de guardião das finanças públicas e exige explicações sobre os custos e indemnizações, faz bem em fazê-lo, esse é um imperativo democrático que o PS

também subscreve. No entanto, essa exigência perde toda a credibilidade quando não é acompanhada de uma proposta construtiva para a solução ao adotar a fiscalização sem proposta alternativa, o PS também exige a prestação de contas. -----

A revisão de uma opção de investimento à luz de novos instrumentos legais, de uma melhor racionalização de recursos não é um erro que exige penitência, é um sinal inequívoco de maturidade institucional. Quem mistura responsabilidade política com exigência e capitulação pública não está a fazer política séria, está a fazer espetáculo e o concelho não necessita de tal. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Edite Maria de Carvalho Dinis Henriques**, disse que pretendia abordar um tema que marcou os últimos dias da vida política na freguesia de Alfena, que diz respeito à forma como são tomadas decisões sobre a utilização do dinheiro dos contribuintes. -----

No dia 16 de junho, o executivo municipal decidiu revogar o concurso para a construção da nova sede da Junta de Freguesia de Alfena, decisão que merece uma reflexão política séria, porque mais importante do que anunciar grandes obras é saber escolher as prioridades, mais importante do que fazer promessas é ter a humildade de reconhecer quando se escolheu o caminho errado. -----

A recente decisão do executivo municipal de revogar a construção do novo edifício da Junta de Freguesia de Alfena constitui uma das maiores confirmações políticas de que o PSD estava certo, o PSD sempre defendeu que Alfena precisa de novas instalações para a Junta de Freguesia, mas disseram que estavam perante um projeto desproporcionado, oneroso e desajustado às necessidades reais da freguesia. -----

Alertaram que não fazia sentido gastar mais de 2 milhões de euros no edifício quando Alfena continuava a carecer de outros investimentos urgentes, estruturantes e igualmente prioritários. -----

Durante meses fomos acusados de não ter visão, por isso é inevitável concluir que o projeto apresentado, defendido e aprovado por um executivo de maioria socialista é, hoje, abandonado por um executivo igualmente liderado pelo Partido Socialista, que decide não lhe dar continuidade, fundamentando essa decisão numa alteração das prioridades estratégicas de investimento. -----

Neste processo importa recordar um facto que não pode ser esquecido, a adjudicação da empreitada foi efetuada poucos dias antes das eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025, foi uma decisão tomada em plena pré-campanha eleitoral, quando os cidadãos ainda não se tinham pronunciado nas urnas. Tratava-se de uma decisão de enorme impacto financeiro e estratégico que, à luz dos acontecimentos que conhecem, dificilmente pode ser considerada prudente. Não foi uma decisão prudente, não foi uma decisão responsável. -----

O atual Presidente da Câmara foi um dos principais rostos dessa opção política, defendeu-a, promoveu-a e apresentou-a como um símbolo da sua visão para Alfena, por isso não basta dizer que as prioridades mudaram, as decisões políticas têm consequências, uma coisa é reconhecer o erro, outra é assumir responsabilidades pelas decisões anteriormente tomadas, porque esse recuo não é gratuito, custou já aos contribuintes mais de 100 mil euros em projetos, e ainda não sabem quanto a revogação pode custar em eventuais compensações ou outros encargos, o próprio projeto de decisão de não adjudicação reconhece que a revogação pode ter consequências financeiras para o município. -----

Assim, questionam que custos efetivos já resultaram desse procedimento, qual a estimativa do executivo para os eventuais encargos ou compensações que possam vir a existir? Estas perguntas não procuram alimentar polémicas, procuram garantir transparência e assegurar que quem gera recursos públicos presta conta das decisões que toma. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Que o PSD continuará a defender novas instalações funcionais para a Junta de Freguesia de Alfena, mas continuará também a defender que essas instalações resultem de um projeto equilibrado, sustentável, adequado às necessidades da população e compatível com as restantes prioridades do investimento na freguesia porque Alfena precisa que o investimento público seja orientado para aquilo que verdadeiramente transforma a vida das pessoas. -----

A prioridade deve ser a concretização do Nó de Lombelho, uma infraestrutura há muito reivindicada e capaz de alterar profundamente a mobilidade da freguesia, retirando o trânsito das zonas urbanas, aproximando a parte alta de Alfena do restante território e beneficiando igualmente a ligação à quinta da Lousa, em Valongo. Essa ligação representa uma oportunidade para valorizar toda a zona envolvente da escola secundária de Alfena, tornando-a mais acessível e mais atrativa para alunos, famílias e própria comunidade educativa. -----

Da mesma forma, é fundamental consolidar o Parque Vale do Leça como o grande espaço de centralidade de Alfena, por isso defendem que o município avance para aquisição e municipalização daqueles terrenos, garantindo definitivamente que esse património pertença à comunidade e fica protegido para as gerações futuras. -----

Continuam a defender investimento na requalificação dos arruamentos, na melhoria da mobilidade pedonal, na criação de novos equipamentos desportivos, na construção do pavilhão gimnodesportivo municipal e de uma nova piscina que responda às necessidades de uma freguesia que continua a crescer. -----

É para essas prioridades que entendem que os recursos públicos devem ser orientados, o PSD nunca foi contra investir em Alfena, foi e continuará a ser contra desperdiçar recursos públicos em projetos desajustados, enquanto permanecem por resolver necessidades fundamentais da população. Mais importante do que anunciar grandes obras é saber escolher as prioridades, planejar bem e utilizar o dinheiro dos contribuintes com rigor, porque os alfenenses não vivem de anúncios, vivem das obras que se realizam. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, **Arnaldo Pinto Soares**, disse que a última coisa que Alfena precisa é que os partidos criem factos políticos. -----

Há discursos e intervenções que num emaranhado de palavras procuram desdizer-se, enganar, confundir as pessoas, confundir quem está do outro lado. -----

Pede a todos os partidos que acham que a revogação da construção da antiga Junta de Freguesia, da proposta do antigo projeto que não era bom, então que se unam em torno da solução. Há custos que se podem ter hoje que se tornam num benefício no futuro. -----

Enquanto Presidente de Junta pede que ninguém esteja a tentar dizer que a solução é boa, houve erros, há custos políticos, mas unam-se em torno da solução. -----

Dizer que são o salvador, que não era bom e agora vai ser, há um ano estavam no aniversário da cidade a anunciar o projeto, apresentaram-no na véspera das eleições, mudaram agora todos de opinião. -----

Disse de seguida ter pena que isso esteja a acontecer, não é preciso bajular, não é preciso justificar tudo, eventualmente justificar o injustificável. Muitas vezes o silêncio é a melhor resposta para tudo. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que ninguém está a bajular ninguém.

Podem, democraticamente, defender a decisão que o executivo tomou, agora não podem dizer que é bajulamento, que é cinismo, que não há honestidade, a decisão foi tomada com base num pressuposto que nasceu em outubro de 2025. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que no primeiro mandato do José Manuel Ribeiro, em que não tinha a maioria absoluta, a CDU para fazer passar o orçamento, exigiu que fosse colocada uma verba para a construção da sede da Junta de Freguesia de Alfena. -----
Depois o José Manuel Ribeiro ganha as eleições com maioria absoluta e a primeira coisa foi retirar a verba do orçamento municipal. -----

Agora o PSD dizer que com esse um milhão de euros vai-se construir o Nó do Lombelho, piscinas, passeios, estão a enganar a população, não é assim tanto dinheiro para se construir toda essa obra. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Fábio André Coelho Moreira**, apresentou o seguinte Voto de Louvor. -----

Voto de Louvor -----

Martinho Fernando da Silva nasceu em 16.03.1942 na freguesia de Campo – Valongo. -----
À semelhança de muitos outros na sua época, as humildes condições de família de origem a par de uma relativa desvalorização do sistema de ensino formal determinaram o precoce termo do processo de escolarização, logo após a conclusão do 4.º ano, e início da vida ativa. -----

Encontrou nas artes, designadamente na música (foi durante muitos anos músico na Banda da sua terra natal), no teatro (como ator ensaiador em diversas coletividades) e na poesia uma forma alternativa de expressão das suas potencialidades e talento, em jeito de compensação pelas oportunidades que a vida lhe cerceou. -----
Foi em particular nesta última forma de expressão artística (poesia) que obteve maior notoriedade. -----

Aos 15 anos, movido pela curiosidade e pela popularidade que então caracterizava o concurso de quadras populares promovido pelo Jornal de Notícias a propósito das festas de S. João, enviou os seus primeiros escritos a este concurso. -----

Interromper esta forma de expressão poética por via do cumprimento do serviço militar obrigatório, apenas retomando este hábito, de que se tornou especialmente adepto, por volta dos 30 anos de idade, já depois de casado. -----

Em 1974, com 32 anos de idade, viu pela primeira vez premiadas, com menções honrosas, 2 das quadras que enviou. Ao longo dos anos seguintes e até à atualidade produziu centenas de escritos desta natureza, exibindo invulgar mestria na arte de encerrar, no espartilho de 4 versos de 7 sílabas, histórias, pensamentos e emoções de assinalável complexidade. -----

Veria publicadas, na primeira página do Jornal de Notícias, ao longo dos anos, inúmeras quadras premiadas (para além de dezenas de menções honrosas), tendo vencido tal concurso em 1996 e no presente ano de 2023. Será muito provavelmente, o poeta mais popular mais prolífico e mais premiado neste concurso! -----

A par desta particular forma poética (quadra) com que, com idêntico sucesso, concorreu e venceu outros certames (como é o caso das quadras de São Marinho organizado pelo Jornal “Notícias Penafiel”) Martinho Abreu deu expressão ao seu talento através de outros desenhos literários, de forma de rima, de natureza mais complexa, como é o caso do soneto. -----

Tem, ao longo dos anos, colaborado a título gracioso com inúmeras coletividades e associações do Concelho de Valongo, na escrita de poemas, hinos e diferentes formas de escrita com finalidade diversa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Uma reduzida, mas significativa parte do seu vasto reportório literário consta do livro “As minhas memórias”, publicado em outubro de 2011. -----

Face ao exposto, os membros do PSD na Assembleia Municipal de Valongo propõem a esta Assembleia Municipal, reunida em 29 de junho de 2026, que delibere homenagear e saudar o munícipe Martinho Fernando da Silva Abreu, com o Voto de Louvor pelos serviços extraordinários prestados no domínio da cultura, em particular da poesia. -----

A Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----

1. Aprovar o presente Voto de Louvor ao ilustre Martinho Fernando da Silva Abreu pelos serviços extraordinários prestados no domínio da cultura, em particular na poesia. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Madalena Sofia Alves de Oliveira**, disse que é com enorme satisfação que partilha o reconhecimento nacional de uma das mais inovadoras respostas sociais do concelho. -----

No passado dia 28 de maio, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, o município de Valongo foi distinguido com uma menção honrosa, na 13.ª edição dos prémios Deco Municípios 2025, na categoria imigração, inclusão e diversidade. -----

Esta distinção permeia o mérito e a relevância do centro de recursos para a inclusão social, designadamente o CRIS, uma resposta social pioneira que entrou em funcionamento em outubro de 2025, na cidade de Ermesinde, financiado pelo plano de ação para as Comunidades Desfavorecidas. -----

O CRIS nasceu da requalificação de um espaço público que se encontrava devoluto, trata-se de uma solução assente numa lógica de co-construção desenhada após um rigoroso diagnóstico social pela equipa de ação social do município, que auscultou diretamente todas as pessoas sinalizadas em situação de sem-abrigo do concelho.

O CRIS responde assim a um problema concreto, a dificuldade de acesso à satisfação de necessidades básicas por parte da população em risco de exclusão social. Ali assegura-se o acesso regular, gratuito e digno a serviços de higiene pessoal e individual, tratamento de roupas, gestão de correspondência, cacifes para bens e serviços de cabeleireiro, barbearia e estética. -----

Este sucesso é, pois, fruto de um trabalho em rede entre o município, a Junta de Freguesia de Ermesinde, a Cruz Vermelha Portuguesa, delegação Gondomar/Valongo e a Escola Profissional de Valongo, porque o verdadeiro impacto mede-se em vidas. -----

Até ao momento foram acompanhadas 23 mulheres e 57 homens que já passaram pelo CRIS. A este número juntam-se mais ou menos 30 cacifos, mais de 200 utilizações de máquinas de tratamento de roupa, mais de 650 utilizações para efeitos de higiene pessoal e 123 serviços de cabeleireiro, barbeiro e estética, que contou com o apoio fundamental da Escola Profissional de Valongo. -----

Esta menção honrosa da Deco é prova de que Valongo aposta em políticas públicas territoriais de inovação social, transformando espaços esquecidos em lugares de inclusão, cidadania e de respeito por todos, investir no CRIS é reafirmar o compromisso do município como uma sociedade mais justa, solidária e coesa, onde ninguém é deixado para trás. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que a sua intervenção se centrava em duas questões concretas, ambas com impacto direto na qualidade de vida da população, especialmente em Ermesinde. -----

Em primeiro lugar, gostaria de algum esclarecimento sobre o ponto de situação das obras de alargamento da via-férrea, intervenções que têm consequências profundas na mobilidade do ordenamento e no quotidiano de milhares de pessoas. Assim, perguntava qual é o estado atual da obra, se já existe um plano definitivo para o arranjo das ruas, acessos e viadutos, nomeadamente na zona de Ermesinde. Quando será apresentado publicamente esse plano para que os moradores e comerciantes possam antecipar impactos e preparar-se para as alterações. A população tem direito à previsibilidade, transparência e informação clara e a Câmara tem o dever de garantir isso. -----

A segunda questão diz respeito a um problema que se tem vindo a agravar em Ermesinde, o aumento das pragas, nomeadamente insetos e odores, com várias ocorrências reportadas por moradores. Perguntava se existe um plano municipal de prevenção e controlo de pragas para o período de Verão, quais as ações que estão previstas e quais já foram executadas, se a Câmara está a atuar de uma forma preventiva ou apenas a reagir respondendo caso a caso, se há reforço de meios, equipas ou contratos para dar resposta ao aumento previsível dessas incidências. -----

A saúde pública não pode depender apenas de respostas pontuais, requer planeamento, antecipação e comunicação eficaz com a população. -----

As duas matérias, mobilidade e saúde pública, são estruturais para a qualidade de vida no concelho. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que a ideia do Centro para Recursos e Inclusão Social nasceu de uma conversa tida entre o Presidente da Junta de Ermesinde e dois técnicos do Município de Valongo. -----

O CRIS é possível porque a Junta de Ermesinde cedeu à Câmara Municipal um espaço no Mercado Municipal de Ermesinde, que é gerido pela Junta de Freguesia de Ermesinde, tendo a Câmara Municipal no ato da inauguração, tido a honestidade intelectual de colocar isso na placa de inauguração do espaço. -----

Agradeceu o prémio que foi atribuído a uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Ermesinde, com o qual ficou muito contente com a notícia. -----

Não pretende que os mais de 42 mil fregueses achem que ele considera que está tudo bem em Ermesinde, porque não está. -----

Têm dificuldades, desafios, mas, também, oportunidades de melhoria nas quais estão a trabalhar diariamente com a Câmara de Valongo. -----

Disse, de seguida, que atualmente estão a enfrentar desafios que são sentidos à escala do sul da Europa, o problema das baratas, dos novos mosquitos que vão aparecendo, estão a sentir o que os países do Norte de África sentem há anos, e hoje os países do sul da Europa também sentem. -----

Existe o cuidado dos serviços municipais e do Presidente da Câmara de rapidamente dar resposta a esses acontecimentos, mas reconhece que é necessária uma abordagem mais estruturada, mais global, para que não estejamos sempre a agir por reação a um problema, mas começar a prevenir. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que fica satisfeito por estarem todos alinhados em relação à decisão da revogação do contrato. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No início do mandato reuniu com o Presidente da Junta de Alfena, Arnaldo Soares, onde falou sobre a possibilidade de revogar o contrato, possibilidade agora materializada. -----

À data o projeto foi lançado, ou foi pensado, assumido um compromisso entre o anterior Presidente de Câmara e o anterior e atual Presidente de Junta, onde falaram do projeto e da ideia de ter uma nova junta onde viram qual era o terreno possível para o fazer. -----

Desde então muita coisa mudou, nomeadamente a possibilidade de terem a figura de contratação chamada conceção de construção, e outra coisa mudou que foi o escalar dos preços, uma coisa que está a acontecer em muitas obras. -----

Estão a acontecer em muitas obras, existe uma litigância sempre permanente entre a empresa, a entidade executante e o dono de obra e, infelizmente, têm um caso de aumento de custos com trabalhos a mais que quase todas as obras estão a ter. -----

Vão fazer um projeto dito tradicional, onde vão correr o risco de ter mais um projeto com prorrogações de prazo, revisões de preços, trabalhos a mais. -----

Utilizando esta possibilidade de lançar a obra em conceção construção, conseguem ter na mesma um edifício digno para a cidade de Alfena. -----

Não se trata de um estratagema para empurrar com a barriga, vai ser uma realidade, agora obedece a prazos para avançarem com um processo de conceção construção para uma nova junta, têm de revogar primeiro aquele que está em vigor, deram início ao processo, ainda não está concluído. -----

Vão fazer um projeto com os arquitetos da Câmara, vão validar com o atual executivo da Junta e depois lançar o projeto de conceção construção e depois fica da responsabilidade da empresa que ganhar concluir o projeto e avançar com a obra sem pedidos de alterações por parte do dono da obra, não haverá trabalhos a mais nem prorrogações de prazos. -----

Mudando o projeto e com a poupança que vão ter, estão confiantes que vão ter uma poupança significativa, poderem cumprir com aquilo que foi um compromisso eleitoral, a falta de um pavilhão ginnodesportivo municipal, investir em arruamentos, para isso é preciso dinheiro e têm de fazer opções. -----

Sobre a candidatura da Bugiada e Mouriscada a património imaterial da UNESCO, começou há sensivelmente 12 anos, com a colaboração da Associação Casa do Bugio, com as várias direções que entretanto foram assumindo funções, a Junta de Freguesia e a Universidade do Minho. -----

Estão num processo em que têm de fazer o inventário nacional do património imaterial, sem esse inventário não conseguem dar o próximo passo, mas para fazer esse inventário foram alertados pela entidade em causa que não permite que se continue a utilizar pólvora durante a cerimónia durante o evento. Portanto, há um evento durante o dia de São João em que é utilizada pólvora e eles não permitem, tem de ser encontrada uma alternativa. Enquanto isso não acontecer o processo não avança e essa situação já foi comunicada à Associação, estão a aguardar a decisão deles. -----

Relativamente à zona industrial de Alfena e o estacionamento que não está regulado, é um problema que infelizmente existe em vários sítios do país, e no concelho, porque efetivamente há um desrespeito por aquilo que são as regras. Também é verdade que as infraestruturas quando foram feitas não se antecipou o volume de carros que hoje existe, portanto aquela infraestrutura eventualmente estará desadequada em relação àquilo que são as necessidades. -----

Quando estão a falar de uma zona industrial a prioridade tem que ser a circulação de veículos pesados e veículos de grandes dimensões, não podem, por força da alteração de um estacionamento, estar a comprometer essa circulação, porque estariam a inviabilizar os negócios. -----

Quanto ao Estádio Municipal de Ermesinde, também foi um compromisso assumido, a requalificação dos vários equipamentos desportivos, e há coisas para que forçosamente se tem de contrair empréstimo, já foi anunciado publicamente a disponibilidade por parte dos outros dois partidos que têm assento na vereação da Câmara abertura para esse empréstimo. -----

Por exemplo, em Alfena, estão a finalizar a revisão dos projetos das escolas que estão na prioridade 2, que são quatro escolas, a Escola de São Lourenço, D. António Ferreira Gomes, segunda fase da Secundária de Ermesinde e a Escola de São João de Sobrado. Estão para a prioridade 3 a Escola Básica de Alfena e a Escola Básica e Secundária de Campo. -----

Tem sido anunciado realmente o financiamento, está a ser discutido o financiamento para as P 2, mas ninguém fala das P 3, as P 3 estão no mapeamento num protocolo assinado entre o Estado Central e a Associação Nacional de Municípios. O Secretário de Estado disse que primeiro têm de fechar o PRR, fechar as P 2 e depois pensarão nas P 3. -----

As prioridades não foram definidas pela Câmara, foram impostas pelo Governo Central, alguém na DGest decidiu que no caso da Alfena e de Campo deveriam estar na prioridade 3. Reivindicaram que pelo menos deveriam estar na prioridade 2, mas foi uma decisão imposta ao Município de Valongo. -----

Relativamente à rua de São Vicente, obviamente têm as garantias de obra e no limite acionam as garantias, têm de ser cumpridos os prazos legais, a obra foi paga, tem de estar efetivamente bem feita e, portanto não vão estar a pagar para fazerem mal. -----

Sobre a questão do lixo por todo o lado, infelizmente, isso está a acontecer em todos os municípios, prende-se com a quantidade de lixo anormal que está a ser produzida, em particular quando chegam ao período de festas e eventos e de verão. -----

Neste momento estão, internamente, a tentar arranjar uma solução, algo como ter equipas da Câmara em sítios mais críticos, eventualmente colocar mais um contentor, ou fazer uma coisa muito simples, mas que pode fazer a diferença, já conseguiram corrigir o comportamento anticívico de muitas das pessoas, que é passar por um sítio onde está o lixo fora do Molok e colocá-lo dentro. -----

Quanto a uma nova zona industrial para haver mais investimento, mais impostos, estão a fazer isso, já anunciaram quais são as medidas, estão a ver no território a possibilidade de uma nova zona industrial. -----

Sobre a transparência nunca será um tema, porque não têm qualquer problema em explicar o que é que vão fazer, o que querem fazer e porque é que querem fazer. -----

Relativamente à municipalização do terreno junto ao Leça, estão de acordo, a centralidade é verde, a centralidade da cidade de Alfena é um Jardim e é um Rio. Obviamente que vão continuar a potenciar e promover isso, porque é isso que faz a diferença na qualidade de vida que a cidade pode dar aos seus munícipes. Quando terminar o contrato de arrendamento terão de assumir aqueles terrenos. -----

Quanto ao CRIS é um projeto vencedor que é um exemplo e espera que seja replicado em outros municípios. ---

Sobre o alargamento da linha de comboio, foi anunciado publicamente, Valongo está na última fase, alguns, nessa altura estão a contar que seja apresentado o projeto, porque ainda não foi. -----

Sobre as baratas, gostava de ter aqui uma solução já encontrada para um problema, não conseguiram perceber como é que o fenómeno aparece sabendo, porque é que aparece, ou seja não conseguem antecipar onde é que vai aparecer e com que dimensão é que vai aparecer. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O fenómeno das baratas prende-se com duas situações em concreto, matéria orgânica, têm de comer, e por isso muitas vezes aparecem em espaços privados, talhos, padarias, restaurantes e tem a ver com o calor, durante o inverno normalmente fogem para zonas onde possam ter calor, como atrás dos frigoríficos, atrás de bombas de calor, atrás de outro tipo de equipamento e tem de ter matéria orgânica. -----

A Senhora Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Edite Maria de carvalho Dinis Henriques**, disse que pretendia fazer um pequeno esclarecimento, quando falam da verba resultante do cancelamento da Junta de Freguesia de Alfena, não disseram que era para fazer as obras que referiram, mas sim quais as prioridades em Alfena, obras que beneficiem os munícipes de Alfena. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem de Dia no Pós Ordem do Dia, que foi **aceite por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1 – Aprovação da ata da reunião realizada no dia 30.04.2026, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.1 - Relatório e Contas Consolidadas do Município de Valongo, do ano 2025, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

Favor: 16 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 4 votos dos Presidentes de Junta das Freguesias de Alfena, Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 16 abstenções, sendo: 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal do IL, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção da Presidente da Junta de Freguesia de Sobrado. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Edite Maria de Carvalho Dinis Henrique**, fez a seguinte Declaração de Voto: -----

Declaração de Voto -----

Os documentos de Prestação de Contas Consolidadas submetidas à apreciação desta Assembleia correspondem a um exercício previsto na lei, cujo objetivo consiste em apresentar uma visão integrada da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Valongo e das entidades que integram o respetivo perímetro de consolidação. -----

Da leitura efetuada, resulta um ativo consolidado na ordem dos 340,9 milhões de euros, um património líquido próximo dos 288,3 milhões de euros e um resultado líquido positivo de cerca de 2,4 milhões de euros. Sob o ponto de vista técnico e contabilístico, não se evidenciam elementos que permitam de alguma forma questionar a regularidade formal dos documentos apresentados. -----

Todavia, importa distinguir a correção técnica das contas, da apreciação política que compete aos Deputados Municipais realizar. -----

A consolidação contabilística constitui um instrumento de relato financeiro que agrega informação das diferentes entidades municipais, mas não altera a avaliação que esta Assembleia deve fazer relativamente à forma como os recursos públicos têm sido geridos. -----

Os indicadores financeiros agora apresentados não afastam as reservas que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata manifestou durante a apreciação do Relatório e Contas do Município referente ao exercício de 2025. Continuamos a entender que a estabilidade das contas, sendo importante, não pode ser analisada isoladamente da capacidade do Município para responder às necessidades concretas da população. -----

Persistem desafios significativos em áreas estruturantes para o concelho ou designadamente, ao nível da mobilidade, da conservação e manutenção do espaço público, da modernização das infraestruturas municipais e da concretização de investimentos há muito identificados como prioritários para o desenvolvimento de Valongo. Neste contexto, reconhecendo a conformidade técnica dos documentos de prestação de contas consolidadas, mas mantendo as reservas políticas relativamente à gestão municipal que lhes está subjacente, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata abstém-se na presente votação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o ponto 2.2 - 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2026. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que o Grupo Municipal do PSD intervém neste ponto para sublinhar uma preocupação que já foi expressa pelos vereadores do PSD na reunião de Câmara, que é a situação crítica da empreitada da Casa da Democracia Local, no que diz respeito aos trabalhos complementares. -----

O atual executivo da Câmara reconheceu que a obra tem uma taxa de execução de cerca de 65% e que os trabalhos complementares já representam mais de 49% do preço contratual inicial. -----

Disse que o Código dos Contratos Públicos estabelece um limite legal de 50% para trabalhos complementares, estão, portanto, a milímetros do limite legal. -----

A obra continua a gerar custos adicionais e revisões sucessivas, sem que exista uma responsabilização política clara para a acumulação de encargos. Na reunião de Câmara, os vereadores do PSD alertaram para o facto dos trabalhos complementares já representarem mais de 49% do preço contratual inicial, aproximando-se perigosamente o limite legal e, colocaram uma pergunta simples, direta, incontornável que gostaria que fosse esclarecida pelo Senhor Presidente perante a Assembleia. -----

Assim, como pretende o executivo concluir cerca de 35% da obra que ainda falta executar, quando praticamente toda a margem legal para trabalhos complementares já foi consumida. -----

O PSD nunca se opôs à construção de novas instalações municipais, contestaram no início e continuam a contestar é o modelo, a dimensão, o custo e a sucessão de problemas que a obra tem acumulado. -----

O anterior executivo socialista, do qual fazia parte o atual Presidente da Câmara Municipal, aprovou o projeto e tem-no defendido desde o início. Não pode agora dissociar-se das consequências das opções tomadas. -----

A empreitada da Casa de Democracia Local está no limite legal dos trabalhos complementares e continua a exigir reforços orçamentais significativos. -----

O PSD exige uma resposta clara a este problema, trata-se de uma questão de rigor, responsabilidade e de respeito pelos munícipes de Valongo. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Ricardo Filipe Barbosa Moreira**, perguntou qual o motivo que tem fundamentado o recurso à figura dos trabalhos complementares. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira de Silva e Sousa**, disse que a 2.^a Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2026 integra um conjunto de reprogramações e ajustamentos que importa analisar com atenção, quer do ponto de vista da execução dos investimentos previstos, quer do impacto que esses mesmos ajustamentos têm nos prazos de concretização de obras estruturantes para o concelho. -----
No que respeita ao projeto AMR: Valongo a Sorrir, importa sublinhar que a sua continuidade está assegurada, passando a ser desenvolvido através de uma parceria com uma instituição de ensino superior. Consideramos este projeto relevante para a promoção da saúde oral dos valongueses, sendo essencial garantir a sua execução e estabilidade futura. -----

Ainda assim, a nossa principal preocupação recai sobre o adiamento sucessivo de um conjunto alargado de investimentos estruturantes no concelho, que esta revisão orçamental volta a evidenciar. -----

Destacam-se, em particular, os atrasos em áreas fundamentais como a educação, a habitação social e a requalificação de arruamentos, onde se mantém uma lógica recorrente de reprogramação de obras essenciais. –
Na área da educação, registamos com preocupação o adiamento da requalificação da Escola da Bela – edifício centenário, agora remetida para 2027, bem como o atraso noutras intervenções, nomeadamente na EB 2/3 de S. Lourenço, cuja obra foi publicamente anunciada para início em 2026, mas que, na melhor das hipóteses, apenas deverá arrancar em 2027. -----

Também na habitação social e na requalificação de arruamentos se verificam sucessivos adiamentos, prolongando no tempo respostas que são há muito necessárias às populações. -----

Este padrão reiterado de reprogramações em diferentes áreas estruturantes suscita-nos preocupação quanto à capacidade de concretização dos investimentos nos prazos anunciados. -----

Perante este conjunto de opções e reprogramações, o nosso sentido de voto é a abstenção. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Valongo, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que sobre a Casa de Democracia Local, estão a falar de uma segunda revisão, mas percebeu que se focaram só num dos pontos que está na revisão. Aliás, aquilo que questionam é um dos motivos pelos quais tomaram a decisão de revogar o contrato da nova Junta da Freguesia de Alfena. -----

Quanto aos erros e omissões de projetos estão sempre nas informações, está lá plasmado qual é o motivo pelo trabalho a mais a maioria, senão a totalidade, é erros de projeto. -----

Relativamente ao Valongo Sorriso, é uma duplicação de verba, não está em causa o projeto nem nunca esteve. Há pequenas coisas que impactam e mudam a vida das pessoas e este é um deles. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que um contrato que tenha trabalhos complementares, quase a chegar ao limiar dos 50% devido a erros e a omissões, é um contrato que foi brutalmente incumprido na fase de elaboração do projeto, nisso concordam todos. -----

Agora, sendo o incumprimento de tal maneira gritante e olhando para o projeto, o município de Valongo tem o dever, um poder de direção e tem o dever de fiscalização daquilo que o projetista faça durante a elaboração do projeto e ao longo da execução do contrato. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que sabendo que têm trabalhos a mais, primeiro devem encontrar responsabilidades, quem é o responsável e depois imputar essas responsabilidades. Tiveram duas empreitadas, a primeira empreitada que foi adjudicada não foi concluída, foi feito um novo concurso e acabaram por ter duas revisões de projeto, portanto têm várias entidades para além da Câmara, que é projetista de arquitetura, projetista de especialidade, ambos contratados e pagos, depois têm uma fiscalização para assegurar o bom cumprimento de contrato, também paga, ainda têm uma revisão de projeto que, supostamente, deveria evitar essas situações, também têm um gestor de contrato dada a dimensão do projeto para que possa gerir todo o conflito. -----

Aquilo que têm de fazer quando tudo falha é apurar responsabilidades, fazer aquilo que a lei permite e pô-los em Tribunal. -----

Os técnicos da Câmara não têm, eventualmente, capacidade em termos de recursos humanos em número, e até eventualmente competências, para estar a ver todos os projetos de fio a pavio e perceber se os mesmos têm erro, isso é responsabilidade de quem é contratado para o elaborar, a responsabilidade é de quem é contratado para fazer revisão de projeto, portanto vão ter que apurar as responsabilidades. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.2 - 2ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2026, tendo sido **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: Favor: 15 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS e 3 votos dos Presidentes das Juntas das Freguesias de Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 17 abstenções, sendo: 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal do IL, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 2 abstenções dos Presidentes das Juntas das Freguesias de Alfena e de Sobrado. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.3 - Proposta de aprovação da 2.ª Adenda dos Autos de Transferência de Competências, Recursos Humanos, Patrimoniais e Financeiros celebrados entre o Município de Valongo e as Freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo e de aprovação dos Autos de Transferências de Competências e Recursos a celebrar com as Freguesias de Campo e Sobrado. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que votam favoravelmente a proposta de aprovação da 2.ª Adenda dos Autos de Transferência de Competências, Recursos Humanos, Patrimoniais e Financeiros entre o Município de Valongo e as Freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo, bem como dos Autos a celebrar com as Freguesias de Campo e Sobrado. -----

Esta posição resulta do facto de estas alterações terem sido aceites pelos Presidentes de Junta, o que demonstra um entendimento institucional que valorizamos. -----

Registamos positivamente o esforço de clarificação de competências em vários espaços onde existiam sobreposições entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, situação que, em diversos casos, gerava confusão para os cidadãos quanto à entidade responsável pela gestão ou intervenção. -----

Recordamos exemplos concretos dessa realidade: o Parque de Lazer do Leça, em Alfena, ou o Parque da Soccer, em Ermesinde — onde espaços contíguos eram geridos de forma diferenciada, com áreas sob responsabilidade da Junta e outras sob responsabilidade da Câmara Municipal, sem uma leitura clara e uniforme por parte dos cidadãos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Nesse sentido, consideramos igualmente relevante a uniformização agora proposta, que poderá contribuir para uma maior eficiência e transparência na gestão do espaço público. -----

Relativamente à retirada das pequenas reparações das escolas da pré e 1.º ciclo às Juntas de Freguesia, com exceção de Campo, esperamos que esta alteração se traduza numa efetiva melhoria da capacidade de resposta e da eficiência do serviço prestado. Caso contrário, estaremos atentos à sua execução e aos impactos que venha a produzir. -----

Acompanharemos a implementação destas alterações, avaliando se os objetivos agora enunciados se concretizam numa melhoria real dos serviços prestados às populações. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, **Arnaldo Pinto Soares**, disse que não foi um processo fácil, como Presidente de Junta todos os dias ouve queixas, a limpeza é uma delas, cada vez a exigência é maior e os recursos não chegam. -----

É possível fazer o exercício sem haver custos de tentar saber se a contratação de empresas privadas, quanto é que a Câmara teria de pagar para efetuar o serviço que as Juntas de Freguesia assumem, os números seriam completamente diferentes. -----

Todos os dias é uma luta tentar manter a casa limpa com os recursos que são disponibilizados. -----

Houve anos sem atualização, a atualização foi feita com base na inflação, quando os custos são essencialmente custos salariais e o aumento dos custos salariais são superiores aos de inflação, os recursos continuam a ser escassos. -----

Reconhece que houve um esforço por parte da Câmara Municipal para a atualização se aproximar daquilo que são as necessidades das freguesias. Não é o que gostariam de ter, mas reconhece o esforço que foi feito e que tenta recuperar o atraso de pelo menos durante 3 anos. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Campo, **José Manuel Abreu Carvalho**, disse que iria votar favoravelmente, por uma questão de profunda responsabilidade para com a população e por acreditar convictamente nas vantagens da descentralização, de um poder local de proximidade capaz de responder com eficácia no terreno. -----

Em primeiro lugar, importa sublinhar e reconhecer publicamente o esforço e a sensibilidade demonstrados pela Câmara Municipal ao longo do processo, é de enaltecer o caminho que foi feito na formulação das fórmulas de cálculo para as transferências de verbas. Uma mudança estrutural muito positiva que vai diretamente ao encontro das necessidades e que demonstra uma vontade real de corrigir assimetrias. -----

Além disso, tem a perfeita consciência que não seria justo exigir do executivo camarário, que se encontra ainda no seu primeiro mandato, que conseguisse equilibrar e retificar na totalidade o valor transferido para as Juntas de Freguesias. -----

O planeamento exige tempo e esse passo inicial merece o voto de confiança, contudo o voto favorável não anula a postura atenta e reivindicativa, deixam o reparo claro que, apesar das melhorias nas fórmulas, os valores finais associados aos autos ainda ficam aquém daquilo que é estritamente necessário para responder aos exigentes desafios diários. -----

Salienta que a freguesia de Campo é a única por vontade própria que vai continuar com as competências das pequenas reparações nas escolas, sem receber qualquer valor adicional, por isso é um desafio que assumem com base no compromisso assumido com a direção do Agrupamento de Escolas de Campo, porque acreditam que quem ficará a ganhar será a comunidade escolar. -----

Quem gere uma freguesia sabe bem que os custos reais de manutenção e o apoio imediato à população ultrapassam facilmente as dotações previstas. -----

Votam a favor porque a proximidade ganha sempre, mas assumem o compromisso de continuar a monitorizar o processo, colaborando com o município para que nos próximos anos possam continuar a aproximar as verbas das reais necessidades. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que estão a discutir aquele que é, na sua opinião, o mais importante instrumento de descentralização existente no concelho, a transferência de competências entre o município e as freguesias. -----

Não deixa de ser um momento particularmente simbólico estarem numa Assembleia descentralizada para discutir, o processo que mais aproxima o poder local das populações, transferindo para as freguesias responsabilidades que, pela sua natureza e proximidade aos cidadãos, são muitas vezes mais bem exercidas por quem está diariamente no terreno. -----

A segunda adenda ao auto de transferência de competências que estamos a discutir encerra um processo que, pelo menos para a freguesia de Ermesinde, foi longo, desgastante e em muitos momentos até desesperante, mas era um processo decisivo. -----

Decisivo porque sempre afirmou desde o primeiro dia que a sustentabilidade financeira da Junta passava inevitavelmente por uma revisão séria da forma como as competências estavam a ser financiadas ao longo dos anos. Nunca alterou uma única vírgula daquilo que sempre disse, nunca defendeu a devolução das competências por uma questão política, nunca fez do tema uma bandeira partidária e nunca procurou transformar o processo num conflito institucional. -----

O que sempre fez foi alertar de forma responsável para uma realidade que era evidente, os recursos financeiros que acompanhavam as competências não eram suficientes para permitir à Junta de Ermesinde prestar o serviço que a cidade merece e que os ermesindenses legitimamente exigem todos os dias. -----

Não faria por isso qualquer sentido estar perante a Assembleia a dizer que o processo está encerrado, porque não, as verbas acordadas continuam aquém daquilo que a Junta necessita para exercer as competências com um nível de qualidade que gostariam de garantir, mas também não seria honesto ignorar o caminho que foi feito. A verdade é que amanhã estarão muito melhor do que estávamos em 31/12/2025, esta adenda produz efeitos retroativos a 01/01/2026 e representa um reforço financeiro para Ermesinde de 142 mil euros, relativamente aos primeiros 6 meses deste ano, que corresponde a um aumento anual superior a 211 mil euros. Em termos percentuais, estamos a falar de um acréscimo de cerca de 11,5% ao qual poderemos somar os valores correspondentes a novas áreas transferidas. -----

Como já foi dito o valor não é suficiente, conhece bem as contas da sua Junta de Freguesia, conhece as dificuldades que enfrentam e conhece a pressão permanente que as competências exercem sobre o orçamento, obrigando-os ano após ano a canalizar recursos próprios para áreas que deveriam estar integralmente financiadas pela transferência de competências. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Pretende deixar uma palavra de reconhecimento à Câmara e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tiveram divergências, negociações exigentes, mas o Senhor Presidente assumiu o compromisso de voltar a olhar para o processo e procurar melhorar as condições financeiras de transferência de competências. -----

O voto favorável que estão a dar e que deram na reunião do Executivo de Ermesinde e na sua Assembleia de Freguesia não representa, nem representará um cheque em branco sobre o futuro. -----

Esta adenda prevê uma atualização extraordinária para 2026, estabelece um aumento de 2% para 2027 e cria um mecanismo de atualização indexado em 50% ao índice de preços ao consumidor, um mecanismo mais justo do que aquele que existia até agora, que era totalmente inexistente, mas não significa nem pode significar que a Junta de Freguesia de Ermesinde assuma um compromisso irrevogável de manter as competências, aconteça o que acontecer. -----

Entendem reunir condições para continuar com as competências com qualidade, contudo, ninguém sabe qual será a evolução da economia portuguesa, da economia europeia, dos mercados internacionais, dos custos de energia, dos salários, das matérias-primas ou do contexto geopolítico mundial. Quem gere recursos públicos tem a obrigação de acompanhar permanentemente essa evolução e de avaliar com rigor e responsabilidade se os recursos financeiros continuam ou não a permitir uma prestação de serviços de qualidade. -----

Se chegar o dia em que isso deixe de acontecer terão de discutir esta matéria sem dramas, sem radicalismos e sem qualquer tipo de complexos. -----

Aquilo que mais influencia a perceção da qualidade de vida de um cidadão não são as grandes obras, são as pequenas coisas do dia a dia, são as ruas limpas, os passeios sem ervas, os jardins cuidados, os espaços verdes bem mantidos, se aí se juntarem ruas sem buracos e um sistema eficiente de recolha de resíduos, matérias que pertencem à esfera de competências do município, estariam seguramente a melhorar de forma muito significativa a qualidade de vida das pessoas. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que a proposta que estão a discutir representa um passo firme na consolidação de um modelo de governação de proximidade, que valoriza as freguesias como parceiros essenciais na resposta às necessidades concretas das populações. -----

Sabem que esse passo é uma opção política do atual executivo municipal do PS, que cumpre o primeiro ano de mandato, um compromisso eleitoral, o de reforçar os meios atribuídos às freguesias, valorizar o papel das freguesias passa por reforçar a sua capacidade de resposta e intervenção, porque são as juntas que estão mais próximas das pessoas que identificam com maior rapidez os problemas, e conseguem agir com maior eficácia no terreno. -----

O processo não se faria sem as Juntas de Freguesia, com o espírito de luta e abertura, que se verificou ao longo de tempo. -----

O trabalho foi desenvolvido através de um processo negocial longo e difícil, porque o dinheiro é finito e nunca é suficiente para o que cada um ambiciona fazer no seu patamar de atuação e no território que governa, mas também sabem que foi um trabalho assente no diálogo permanente com as Juntas de Freguesia e das Juntas de Freguesia com o Município. Um diálogo que acreditam respeitou as especificidades de cada território e valorizou o conhecimento que cada executivo de freguesia tem das suas comunidades. Um trabalho de construção de um

consenso que, como nas relações em geral, implicam cedências de parte a parte num espírito de cooperação institucional. -----

Destacam o facto da adenda aos autos ter um horizonte temporal até 2029, prevendo não só uma revisão significativa dos valores transferidos, como uma previsão de atualizações anuais ao longo do período, contribuindo para maior previsibilidade, estabilidade e planeamento. -----

Acreditam que dentro das limitações de qualquer solução que parece sempre insuficiente aos olhos de quem a discute, se trata de um modelo que se pretende mais justo, mais atualizado e mais sensível à evolução dos custos e das necessidades das freguesias. Uma mudança estrutural que demonstra responsabilidade financeira, mas também compromisso político com a descentralização. -----

Compreendem, no entanto, que as juntas de freguesia tenham algumas legítimas preocupações, não é possível, desde logo, prever como será a evolução macroeconómica do país nos próximos tempos, e de que forma a evolução dos preços pode afetar o equilíbrio entre as verbas transferidas e o custo operacional da execução das competências. -----

Aquilo que o PS tem defendido sempre, é que a descentralização de competências deve ser sempre acompanhada pelo adequado envelope financeiro. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que estão a fazer o maior aumento em termos de valor a transferir para as juntas de freguesia, para poderem atender àquilo que são as transferências de competências. -----

O município de Valongo é aquele que está a transferir mais verba para as juntas de freguesia, quer em valor absoluto, quer em valor percentual, assim como o valor que estão a transferir para as juntas não é para somar ao orçamento, é para aquilo que está a ser transferido da Câmara para as juntas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.3 - Proposta de aprovação da 2.ª Adenda dos Autos de Transferência de Competências, Recursos Humanos, Patrimoniais e Financeiros celebrados entre o Município de Valongo e as Freguesias de Alfena, Ermesinde e Valongo e de aprovação dos Autos de Transferências de Competências e Recursos a celebrar com as Freguesias de Campo e Sobrado, tendo sido **aprovado por maioria** com 20 votos a favor, 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenções do Grupo Municipal do IL. -----

A Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Carla Cristina Queirós Ferreira Marques**, fez a seguinte Declaração de Voto: -----

Declaração de Voto -----

O Grupo Municipal do PSD abstém-se na presente proposta relativa aos acordos de Execução com as Juntas de Freguesia do Concelho de Valongo. -----

Importa, desde logo, reconhecer que a proposta hoje submetida a votação não corresponde integralmente à versão inicialmente apresentada pela Câmara Municipal. O processo negocial desenvolvido permitiu introduzir alterações e melhorias relevantes, resultado da intervenção da persistência e da capacidade negocial dos Senhores Presidentes de Junta, que procuraram defender os interesses das suas freguesias e das populações que representam. Esse trabalho merece o nosso reconhecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Contudo, as alterações introduzidas não afastam a convicção do PSD de que estes Acordos de Execução ficam aquém daquilo que deve ser uma verdadeira política de descentralização e valorização do papel das Juntas de Freguesia. -----

As juntas de freguesia não podem ser encaradas como meras entidades executoras de competências legalmente atribuídas. São parceiros estratégicos do Município, pela proximidade às populações, pelo profundo conhecimento do território e pela capacidade de prestar serviços públicos de uma forma mais rápida, eficiente e ajustada às necessidades concretas de cada freguesia. -----

É precisamente por essa razão que entendemos que este processo deveria assentar numa verdadeira parceria institucional. As Juntas de Freguesia não podem ser colocadas perante processos negociais em que a alternativa possa ser percecionada como a aceitação das condições propostas ou a limitação da sua capacidade de resposta às populações. Uma relação saudável entre diferentes níveis da administração autárquica exige diálogo efetivo, abertura à negociação e consideração pelas posições, argumentos e necessidades apresentadas pelos Presidentes de Junta. -----

O PSD reconhece todo o esforço desenvolvido pelos Presidentes de Junta para alcançar uma solução possível, mas entende que a Câmara Municipal deveria ter assumido uma maior ambição na descentralização de competências. Tal como defendemos que a transferência de competências do Estado para os Municípios pode proporcionar respostas mais eficientes e mais próximas dos cidadãos, entendemos igualmente que diversas competências atualmente exercidas pelo Município, como pequenas reparações, manutenção do espaço público, conservação de arruamentos e passeios, entre outras intervenções de proximidade, poderiam ser confiadas às Juntas de Freguesia, acompanhadas dos respetivos meios financeiros. -----

Aliás, a relação custo-benefício dos serviços que as juntas de freguesia prestam, fruto da proximidade, do conhecimento do território e da capacidade de intervenção, representa uma vantagem significativa para o Município e para os munícipes. -----

O Senhor Presidente da Câmara argumenta que os valores transferidos são compatíveis com os “preços de mercado”. Mas a matemática da gestão pública é outra, e a realidade desmente essa visão: se a Câmara tivesse de contratar empresas privadas para realizar estas mesmas pequenas reparações, para manter o espaço público ou para conservar os nossos regulamentos, o custo para o bolso dos munícipes seria exponencialmente superior. As nossas juntas de freguesia fazem muito mais com muito menos. Tratá-las segundo uma lógica puramente transacional é um duplo erro: desvaloriza o papel insubstituível destas autarquias e subestima o enorme retorno social que geram por cada euro investido. As juntas não são meros prestadores de serviços subcontratados; são parceiros estratégicos de proximidade. -----

Uma verdadeira descentralização não consiste apenas em transferir responsabilidades. Exige confiança política, partilha de responsabilidades e a garantia dos recursos necessários para que as competências possam ser exercidas com qualidade e dignidade. -----

O PSD considera que estes Acordos de Execução representam uma oportunidade apenas parcialmente aproveitada. Apesar das melhorias alcançadas, continua por concretizar uma verdadeira política de descentralização, assente na confiança, no reforço efetivo das competências e na adequada dotação dos meios financeiros. -----

A nossa abstenção traduz, por isso, um voto de exigência e não de conformismo. Não acompanhamos a opção de maioria socialista, mas também não inviabilizamos um instrumento que, apesar de insuficiente, é hoje mais equilibrado graças ao trabalho desenvolvido pelos Presidentes de Junta e que permite garantir estabilidade na resposta às populações. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Mara Moreira das Neves Lobo**, disse que é pelo menos a segunda vez que isso acontece, estão no início do novo ciclo, os partidos e os grupos podem não querer contraditório, mas o grupo municipal do PSD é o segundo maior grupo da Assembleia, tem muito tempo para fazer as suas intervenções. As declarações de voto não podem configurar uma intervenção. -----

Têm falado sobre isso na Conferência de Líderes, e começa a ser um pouco abusivo, porque não está previsto que regimentalmente possam converter umas coisas nas outras. -----

Percebo que não queiram contraditório, mas tem que haver um mínimo de respeito pelas regras do debate democrático, que é fazer declarações de voto compatíveis com essa figura, não é converter uma coisa na outra, porque isso não é digno do respeito democrático que todos devem ter. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o ponto 2.4 - Proposta de designação de Fiscal Único – STCP Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. - Quadriénio 2026-2029, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 15 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS e 3 votos dos Presidentes das Juntas das Freguesias de Campo, Ermesinde e Valongo. -----

Abstenção: 17 abstenções, sendo: 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal do IL, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 2 abstenções dos Presidentes das Juntas das Freguesias de Alfena e de Sobrado. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.5 - Proposta de Constituição da Associação de Municípios do Rio Ferreira e Aprovação dos Estatutos. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que votam favoravelmente a Proposta de Constituição da Associação de Municípios do Rio Ferreira e Aprovação dos respetivos Estatutos. -----

Entendemos que a proteção e recuperação dos recursos hídricos constitui um objetivo central da política ambiental, com impacto direto na preservação dos ecossistemas e na qualidade de vida das populações, justificando plenamente o reforço da cooperação intermunicipal nesta matéria. -----

A criação desta associação intermunicipal surge como um instrumento relevante para uma intervenção mais articulada no território, tendo em conta os problemas persistentes associados a descargas poluentes e à pressão sobre os ecossistemas do Rio Ferreira, que exigem respostas coordenadas e continuadas entre os municípios envolvidos. -----

Neste âmbito, recordamos a Pergunta ao Governo N.º 1772/XVII/1.^a, de 3 de junho de 2026, sobre a despoluição dos rios Leça e Ferreira, na qual sublinhámos a necessidade de o Estado assumir também as suas responsabilidades na proteção, recuperação e valorização dos recursos hídricos, para além do esforço desenvolvido pelas autarquias e por entidades ambientais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Consideramos que esta associação deve assumir um papel ativo e reforçado, não apenas na coordenação entre municípios, mas também com a necessária capacidade institucional para solicitar e mobilizar o apoio do Governo e das entidades competentes, garantindo que a intervenção não fica limitada ao nível local, mas integra os meios e recursos nacionais indispensáveis à recuperação efetiva do Rio Ferreira. -----

Acompanharemos a sua implementação e os resultados alcançados, avaliando se os objetivos definidos se traduzem em melhorias concretas na qualidade ambiental e na proteção dos recursos hídricos. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Clife Martim Dias Murtinheira Lima**, disse que a Associação de Municípios do Rio Ferreira é uma associação de quatro municípios, Paços de Ferreira, Paredes, Valongo e Gondomar, à semelhança da Associação do Corredor do Rio Leça, uma associação intermunicipal. Para que haja uma intervenção no Rio Ferreira da nascente à foz, porque a responsabilidade em matéria ambiental não se esgota na fronteira do concelho, não é possível ambicionar despoluir um rio que ultrapassou as fronteiras. -----

A criação da associação vai permitir uma gestão integrada e conjunta de toda a bacia hidrográfica, sendo essencial para o restauro ecológico do Rio Ferreira, com a conservação da biodiversidade, a recuperação das margens, a repressão das margens, maior prevenção e controlo de fatores poluidores, uma vez que com a guarda dos rios há maior fiscalização e monitorização ao longo do rio nos quatro municípios. -----

A redução de risco de cheias e erupção, porque uma ação concertada tem uma estratégia comum para medidas de prevenção. Licenciar a capacidade de intervenção nos percursos ao longo do rio cria uma maior intensidade da comunidade com o Rio e, conseqüentemente, promove o desenvolvimento económico sustentável. -----

Uma maior capacidade de captar financiamento nacional e europeu, por exemplo, o Pró Rios 2030. Por outro lado, a ação conjunta de uma rede de municípios terá sempre maior força institucional junto da APA e do Ministério Ambiente. -----

Não podem menosprezar as questões da educação ambiental e conscientização de conservação e valorização desse grande recurso natural, porque a ação centra-se no presente, mas sempre tendo o futuro no horizonte e, por fim, a partilha de conhecimento e recursos entre os quatro municípios. -----

Só faz sentido intervir no rio de forma agregada da nascente à foz, se não for assim podem fazer todas as intervenções em Valongo que serão sempre ineficazes, se outros municípios não tiverem a mesma abordagem, o rio continuará poluído. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que com o rio Ferreira querem replicar o bom exemplo que tivera com as duas associações intermunicipais onde estamos envolvidos, o Parque das Serras do Porto e o Corredor do Rio Leça. -----

Trata-se do primeiro passo que estão a dar e com os municípios de Paços de Ferreira, Paredes e Gondomar também o possam fazer para que brevemente seja constituída a associação e seja formalizada. -----

Já disponibilizamos um espaço no Parque das Serras do Porto para ser sede, também, da nova associação para com isso não haver gastos nem custos adicionais no que diz respeito a rendas, mas acima de tudo, para que haja uma troca de partilha de experiências. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.5 - Proposta de Constituição da Associação de Municípios do Rio Ferreira e Aprovação dos Estatutos, sendo **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

Seguidamente deu início ao período Pós Ordem do Dia, colocando à discussão a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: -----

Moção – Regionalização, um imperativo democrático -----

Constitucionalmente consagradas há 50 anos as Regiões Administrativas continuam por concretizar. -----

Para lá do que esta omissão em si significa no completamento do edifício do poder local o que está em causa na Regionalização não é só o cumprimento de um imperativo constitucional para a criação do nível regional na Administração do Estado, é também a criação de um instrumento de combate às desigualdades e assimetrias regionais e de desenvolvimento equilibrado e harmonioso do País e ainda uma possibilidade de aprofundamento da democracia com a participação e o controlo pelas populações das decisões políticas que a elas se dirigem. --

Com a Regionalização há três possibilidades que se abrem: -----

- A possibilidade de definir, ao nível regional, a estratégia de desenvolvimento que se pretende prosseguir em vez de ela ser imposta de fora, a partir do Poder Central e desligada das necessidades das Regiões e das populações;
- A possibilidade de estabelecer prioridades de investimento e mobilizar recursos para o seu cumprimento, tomando essas decisões a partir de órgãos eleitos pelas populações e perante as quais esses órgãos respondem;
- A possibilidade de termos uma efetiva descentralização e uma adequação da administração do Estado e dos seus serviços. -----

A criação da Regionalização permite o planeamento e execução de medidas dirigidas às necessidades das populações e ao desenvolvimento regional em matérias tão relevantes como a elaboração e execução de planos de desenvolvimento económico de curto e médio prazo, o apoio às atividades produtivas, a definição de prioridades de investimento em vias de comunicação ou equipamentos sociais – sejam lares, creches, equipamentos de apoio a pessoas com deficiência ou outros –, o ordenamento do território e conservação da natureza e de recursos hídricos, a promoção da cultura física e do desporto, a valorização da cultura e do património. -----

A Regionalização comporta ainda uma resposta coerente e insubstituível para dar coerência a uma clara delimitação de atribuições e competências entre os vários níveis da administração (central, regional e local), para criar condições para uma política de desenvolvimento regional com a ativa participação das autarquias e dos agentes económicos e sociais; para garantir a defesa da autonomia do poder local. -----

Nestas circunstâncias, face à rejeição no passado dia 24 de junho das iniciativas apresentadas na Assembleia da República pelo PCP: Projeto de Lei n.º 567/XVII/1.^a (PCP) – Lei-Quadro das Regiões Administrativas e Projeto de Resolução n.º 842/XVII/1.^a (PCP) – Aprova um programa de trabalho e um calendário de ações com vista à criação e instituição em concreto das regiões administrativas, a Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----

1. Expressar a opinião de que a rejeição destas iniciativas legislativas são uma contribuição negativa para a necessária e indispensável afirmação do poder local e das condições favoráveis que as RA criam para o desenvolvimento regional equilibrado: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

2. Apelar a que a Assembleia da República retome iniciativas convergentes com os objetivos das que agora foram inexplicavelmente rejeitadas, dando assim expressão parlamentar às reiteradas manifestações de apoio que em palavras e discursos a generalidade das forças políticas têm manifestado e que a recente votação desmente. ----

O membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Ricardo Filipe Barbosa Moreira**, disse que relativamente à Moção que saúda, mas não poderá merecer o voto a favor. -----

Primeiro, porque consideram que a CDU não pode tentar nas assembleias municipais fazer diferente do que aquilo que aconteceu na Assembleia da República. -----

Em segundo lugar, na parte deliberativa nunca poderiam aprovar uma moção que diga expressar a opinião de que a rejeição dessas iniciativas legislativas são uma contribuição negativa para a necessária e indispensável afirmação do poder local e das condições favoráveis que as regiões administrativas criam para o desenvolvimento regional equilibrado. O que quer dizer mais ou menos se pensas diferente de mim então não estás a pensar pela afirmação do poder local. -----

A posição do CDS é muito simples relativamente à regionalização, o país não é assim tão grande quanto isso e não precisa de mais órgãos administrativos ou políticos, precisa de hospitais, mais escolas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação a Moção – Regionalização, um imperativo democrático, sendo **reprovada por maioria**, 1 voto a favor do Grupo Municipal da CDU, 25 votos contra dos Grupos Municipais do PS, PPD/PSD, IL e dos cinco presidentes de Junta de Freguesia, 6 abstenções dos Grupos Municipais do CHEGA e do CDS/PP. -----

De seguida colocou à discussão a seguinte Recomendação apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal: ---

Recomendação – Adesão do Município de Valongo à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) -----

Considerando que a Constituição da República Portuguesa reconhece aos municípios a possibilidade de se associarem para prossecução de interesses comuns e representação institucional; -----

Considerando que a Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) constitui uma associação de direito privado de municípios que tem como objetivo a valorização do papel das Assembleias Municipais no quadro do poder local democrático; -----

Considerando que a Câmara Municipal de Valongo é associada da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e que as freguesias do concelho se encontram representadas através da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), importando igualmente reforçar a representação institucional do órgão deliberativo municipal; -----

Considerando a relevância crescente das Assembleias Municipais enquanto espaço plural de representação democrática, fiscalização da atividade municipal, acompanhamento das políticas públicas locais e promoção da participação cívica; -----

Considerando que a participação na ANAM permitirá à Assembleia Municipal de Valongo: -----

- reforçar a sua representação institucional a nível nacional; -----
- participar em ações de formação, reflexão e intercâmbio de boas práticas; -----

- acompanhar a evolução legislativa e administrativa relativa ao poder local; -----
- contribuir para a valorização do papel das Assembleias Municipais no sistema democrático português; --
- aprofundar mecanismos de cooperação entre órgãos deliberativos municipais; -----

Considerando ainda que, de acordo com o entendimento jurídico aplicável, a adesão deverá envolver a participação articulada da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, garantindo-se uma legitimidade institucional reforçada; -----

A Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária, delibera a recomendar à Câmara Municipal de Valongo que: -----

1. Delibere favoravelmente, numa das suas próximas reuniões, a adesão do Município de Valongo à Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM); -----
2. Reconheça o interesse municipal da participação naquela associação representativa das Assembleias Municipais; -----
3. Submeta posteriormente à Assembleia Municipal a proposta formal de adesão, nos termos legalmente aplicáveis. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o seguinte Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Municipal do PS: -----

Voto de Louvor – Bugiada e Mouriscada de Sobrado -----

O Partido Socialista associa-se com enorme satisfação e reconhecimento atribuído pela Assembleia da República à Bugiada e Mouriscada de Sobrado, através da aprovação unânime do Projeto de Voto n.º 578/XVII (1.ª), saudando uma das mais emblemáticas manifestações da cultura popular portuguesa. -----

A Bugiada e Mouriscada constitui um património cultural de inestimável valor histórico, identitário e comunitário, preservado ao longo de gerações graças ao empenho, dedicação e sentido de pertença da população de Sobrado. Esta celebração representa não apenas uma tradição singular do concelho de Valongo, mas também um exemplo notável da riqueza do património imaterial português. -----

O Partido Socialista expressa o seu louvor à comunidade de Sobrado, à Associação de São João Sobrado, aos Bugios, aos Mourisqueiros e a todos os participantes que, ano após ano, mantêm viva esta tradição secular. Reconhece igualmente o papel fundamental e desempenho pelas instituições e entidades locais, nomeadamente a Câmara Municipal de Valongo e a Junta de Freguesia Sobrado, bem como a Universidade do Minho, na preservação, valorização e divulgação desta manifestação cultural. -----

Este reconhecimento parlamentar constitui o motivo de orgulho para o Sobrado, para o concelho de Valongo e para o país, reforçando a importância de proteger e promover as tradições que contribuíam para a afirmação da nossa identidade coletiva. -----

Assim, o Partido Socialista propõe a aprovação do voto de louvor, à Bugiada e Mouriscada de Sobrado e a todos aqueles que asseguram a continuidade desta extraordinária expressão de cultura popular portuguesa. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o seguinte Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD:

Voto de Louvor à Comissão de Festas do São João de Sobrado -----

A festa do São João de Sobrado tem vindo a crescer ano após ano. Este acontecimento tem vindo a ganhar cada vez mais notoriedade e a ganhar o carinho de todos os valonguenses. É, sem dúvida, um acontecimento cultural ímpar no concelho e de características únicas no nosso país. A Festa de São João de Sobrado é hoje um dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

grandes símbolos culturais do concelho de Valongo e um exemplo maior da força das tradições populares portuguesas. -----

Este ano, voltamos a escrever mais uma página desta história. Voltamos a manter viva a tradição, a honrar o legado e a criar novas memórias para as gerações futuras. Esta edição do São João do Sobrado voltou a demonstrar a sua grandiosidade, a sua autenticidade e a força de uma comunidade unida em torno das suas raízes. -----

Tal acontece graças ao esforço, à dedicação e ao compromisso de todos aqueles que trabalham incansavelmente para que esta celebração aconteça. É, por isso, justo e merecido prestar público reconhecimento à Comissão de Festas pelo trabalho inexcedível, pela capacidade de organização, pelo planeamento, pela entrega e pela paixão demonstrada na preparação e realização de um evento de enorme dimensão e significado. -----

Um reconhecimento especial à Presidente da Comissão de Festas e a todos os elementos que integram esta Comissão, pelo espírito de missão, pela responsabilidade assumida e pela forma exemplar como conduziram todos os trabalhos, garantindo que esta tradição fosse celebrada com o respeito e a dignidade que merece. -----

O sucesso desta edição pertence a todos, à Comissão de Festas, aos participantes, aos habitantes do Sobrado e a todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que esta festa voltasse a ser um momento inesquecível. -----

A Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----

1. Aprovar o presente Voto de Louvor à Comissão de Festas do São João de Sobrado pelo relevante trabalho desenvolvido na promoção, organização e valorização das Festas de São João, reconhecendo o seu contributo para a preservação das tradições e para a dinamização cultural do concelho; -----
2. Endereçar à Comissão de Festas, aos seus membros e a todos quantos contribuíram para a realização desta festividade uma saudação de reconhecimento pelo empenho, dedicação e mérito demonstrados; -----
3. Determinar que o presente voto seja comunicado oficialmente à Comissão de Festas de São João de Sobrado. Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, com 20 votos a favor e 12 abstenções do Grupo Municipal do PS. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, fez a seguinte Declaração de Voto: -----

Declaração de Voto -----

O Grupo Municipal do PS considera as Festas de São João de Sobrado da maior relevância, assim como muitas outras festas que se realizam nas diferentes freguesias, e que celebram todas elas as marcas identitárias do Concelho de Valongo. -----

No sentido de não ferir suscetibilidades relativamente a Comissões de Festas noutras freguesias, que ano após ano variam, mas dão sempre igual contributo, o Grupo Municipal do PS optou por se abster. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o seguinte Voto de Louvor:

Voto de Louvor -----

Martinho Fernando da Silva nasceu em 16.03.1942 na freguesia de Campo – Valongo. -----

À semelhança de muitos outros na sua época, as humildes condições de família de origem a par de uma relativa desvalorização do sistema de ensino formal determinaram o precoce termo do processo de escolarização, logo após a conclusão do 4.º ano, e início da vida ativa. -----

Encontrou nas artes, designadamente na música (foi durante muitos anos músico na Banda da sua terra natal), no teatro (como ator ensaiador em diversas coletividades) e na poesia uma forma alternativa de expressão das suas potencialidades e talento, em jeito de compensação pelas oportunidades que a vida lhe cerceou. -----

Foi em particular nesta última forma de expressão artística (poesia) que obteve maior notoriedade. -----

Aos 15 anos, movido pela curiosidade e pela popularidade que então caracterizava o concurso de quadras populares promovido pelo Jornal de Notícias a propósito das festas de S. João, enviou os seus primeiros escritos a este concurso. -----

Interromper esta forma de expressão poética por via do cumprimento do serviço militar obrigatório, apenas retomando este hábito, de que se tornou especialmente adepto, por volta dos 30 anos de idade, já depois de casado. -----

Em 1974, com 32 anos de idade, viu pela primeira vez premiadas, com menções honrosas, 2 das quadras que enviou. Ao longo dos anos seguintes e até à atualidade produziu centenas de escritos desta natureza, exibindo invulgar mestria na arte de encerrar, no espartilho de 4 versos de 7 sílabas, histórias, pensamentos e emoções de assinalável complexidade. -----

Veria publicadas, na primeira página do Jornal de Notícias, ao longo dos anos, inúmeras quadras premiadas (para além de dezenas de menções honrosas), tendo vencido tal concurso em 1996 e no presente ano de 2023. Será muito provavelmente, o poeta mais popular mais prolífico e mais premiado neste concurso! -----

A par desta particular forma poética (quadra) com que, com idêntico sucesso, concorreu e venceu outros certames (como é o caso das quadras de São Marinho organizado pelo Jornal “Notícias Penafiel”) Martinho Abreu deu expressão ao seu talento através de outros desenhos literários, de forma de rima, de natureza mais complexa, como é o caso do soneto. -----

Tem, ao longo dos anos, colaborado a título gracioso com inúmeras coletividades e associações do Concelho de Valongo, na escrita de poemas, hinos e diferentes formas de escrita com finalidade diversa. -----

Uma reduzida, mas significativa parte do seu vasto reportório literário consta do livro “As minhas memórias”, publicado em outubro de 2011. -----

Face ao exposto, os membros do PSD na Assembleia Municipal de Valongo propõem a esta Assembleia Municipal, reunida em 29 de junho de 2026, que delibere homenagear e saudar o munícipe Martinho Fernando da Silva Abreu, com o Voto de Louvor pelos serviços extraordinários prestados no domínio da cultura, em particular da poesia. -----

A Assembleia Municipal de Valongo delibera: -----

1. Aprovar o presente Voto de Louvor ao ilustre Martinho Fernando da Silva Abreu pelos serviços extraordinários prestados no domínio da cultura, em particular na poesia. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Campo, **José Manuel Abreu Carvalho**, disse que pretendia fazer uma breve referência ao Voto de Louvor a Martinho Abreu, de quem é orgulhosamente sobrinho, dizer que é de inteira justiça, porque Martinho Abreu realmente é uma pessoa que tem o dom da palavra, outros terão o dom para outras coisas, para o desporto, ele tem o dom da palavra, o dom da escrita. -----

Os Votos de Louvor devem ser dados às pessoas quando estão vivas, e não a depois a título póstumo. -----

Portanto, realçar alguém que consegue escrever e ter prémios nesse prestigiado concurso, é de louvar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou o Voto de Louvor à votação sendo **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em Minuta das deliberações tomadas tendo sido **aprovada por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

Para constar lavrou-se a presente ata que, depois de devidamente lida e aprovada, será assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente: _____

O 1.º Secretário: _____

A 2.ª Secretária: _____